



Estudo de longo prazo mostra que desemprego de bacharéis é um mal crônico

A dificuldade para bacharéis conseguirem emprego, descrita pelo ex-presidente da Ordem dos Advogados de Portugal Antônio Marinho e Pinto, em [entrevista](#) à **Conjur**, não surpreenderia a comunidade jurídica americana, que tem o mesmo problema em casa: 24% dos bacharéis formados no ano 2000, nos EUA, estão sobrevivendo fora da área do Direito.

A referência ao ano 2000 tem uma razão: a organização *Fellows of the American Bar Foundation* vem fazendo pesquisas plurianuais (2003, 2007 e 2012, até agora) sobre a turma formada em 2000, para ter dados de longo prazo sobre o destino dos estudantes de Direito com o decorrer do tempo — e não apenas nos nove meses após a formatura, como é feita todos os anos. A última pesquisa, feita em de 2012 com um universo de 3 mil ex-alunos, em todo o país, foi divulgada neste mês, durante um encontro da *American Bar Association* (ABA).

Sobreviver fora da área do Direito significa que a pesquisa se refere apenas a bacharéis que acabaram enveredando por outras carreiras, sem qualquer relação com atividades jurídicas. Se tornaram empresários, banqueiros ou profissionais de qualquer outra área, porque não conseguiram fazer qualquer tipo de carreira jurídica — nem sequer em cargos públicos, por exemplo, que exigem diploma de Direito para serem preenchidos.

Dos 76% restantes, muitos se dedicam ao ensino jurídico, ocupam cargos em organizações sem fins lucrativos ou no governo graças ao bacharelado em Direito e, de alguma forma, não estão envolvidos diretamente com a prática da advocacia, de acordo com o jornal da ABA.

A situação não é pior porque pelo menos 15% dos bacharéis desistem de buscar emprego, mas não desistem da profissão: abrem sua própria prática, de acordo com o *The Washington Times*. Para isso, os bacharéis também desistem do sonho de trabalhar em uma grande banca, em um belo prédio em uma área privilegiada da cidade.

Passam a trabalhar em casa ou dentro de seus carros, aparelhados com *smartphones*, *tablets* e *laptops*, revivendo em larga escala o personagem do filme “The Lincoln Lawyer”, que operava de seu automóvel Lincoln (traduzido para o português como “O Poder da Lei”). Assim, eles dirigem de uma reunião com cliente para outra e para o tribunal e para casa, mas não precisam aceitar um emprego no McDonald’s para pagar o financiamento do curso.

Essa alternativa à falta de emprego é nutrida pelas próprias faculdades de Direito, que passaram a ajudar os estudantes de Direito a encontrar e desenvolver um nicho de mercado, para que se formem e comecem a trabalhar imediatamente. Em algumas faculdades, esse nicho começa a ser formado dentro da faculdade, em escritórios montados pela instituição. O elemento mais forte de publicidade de uma faculdade de Direito, nos EUA, é o baixo índice de desemprego entre bacharéis, nove meses depois de formados.



No encontro deste mês da ABA, o reitor da Faculdade de Direito da Universidade de Northwestern Daniel Rodriguez, um dos painelistas, fez uma proposta incomum, ainda a ser discutida e entendida. Ele declarou que está na hora de as escolas quebrarem os feudos que separaram a área jurídica, da empresarial e de outros setores, para preparar os estudantes de Direito para carreiras fora da prática tradicional da advocacia.

Historicamente, os bacharéis formados pelas dez faculdades de Direito de maior prestígio no país têm mais facilidade de arrumar emprego em uma grande banca. Mas esse quadro mudou nos últimos anos. De acordo com a pesquisa divulgada agora, apenas 16,8% dos bacharéis da classe de 2000 trabalham em grandes bancas hoje.

O que não mudou muito com o tempo foi a discriminação contra as mulheres, de acordo com a pesquisa. A pesquisa revelou que, até o período de sua realização, as mulheres continuavam ganhando 80% dos valores pagos a seus colegas do sexo masculino, para ocupar o mesmo cargo e fazer o mesmo trabalho. Entre os entrevistados que ingressaram na advocacia e se tornaram sócios de escritórios, a situação de desvantagem das mulheres persiste: 52,3% das mulheres e 68,8% dos homens atingiram essa posição.

Date Created

17/02/2014